

A NATUREZA DA CRÍTICA EM ECONOMIA: O CASO DA ECONOMIA INSTITUCIONAL

Carolina Miranda Cavalcante (FND/UFRJ)

Resumo

A ciência possui o status social de ser o veículo de discursos verdadeiros sobre a realidade. No entanto, na ciência social, a verdade pode ser ocluída por discursos falsos, não objetivos, sendo aceitos como uma descrição verdadeira da realidade social. Talvez a Economia seja a ciência social na qual esse divórcio da realidade seja mais visível. Acusações acerca da irrerealidade dos supostos da economia mainstream têm sido feitas desde a revolução marginalista do final do século XIX e da consolidação do programa de pesquisa neoclássico ao longo do século XX. Como isso é possível? Thomas Kuhn nos informara que a ciência se desenvolve alternando períodos de ciência normal, na qual temos um paradigma dominante, com períodos de ciência extraordinária, na qual muitos paradigmas emergem e lutam pela aceitação da comunidade científica. Então, na ciência normal, temos uma única visão de mundo acerca da realidade econômica. John Kenneth Galbraith também nos informa que a sabedoria convencional tende a persistir na mente das pessoas até que a realidade coloque essa sabedoria convencional em jogo, fazendo desta obsoleta, incompatível com a realidade. Não obstante, na ciência econômica, as teorias heterodoxas têm muito amiúde convivido lado a lado com o paradigma ortodoxo dominante. Apesar das abundantes críticas heterodoxas direcionadas às teorias ortodoxas, essas avaliações críticas são sempre englobadas sob os termos do programa de pesquisa ortodoxo. Esse foi o caso da crítica do institucionalismo americano à ortodoxia econômica na passagem do século XIX para o século XX. O objeto desse artigo é a observação dos debates na ciência econômica no final do século XIX no que concerne à economia institucional na Academia americana. Pretende-se iluminar como a Economia mainstream usa a crítica não para construir uma visão mais objetiva da realidade econômica, mas tão somente para ampliar o conjunto de problemas presumidamente explicados pelo programa de pesquisa ortodoxo.

Palavras-chave: ontologia, economia institucional, economia neoclássica

THE NATURE OF CRITIQUE IN THE ECONOMIC SCIENCE: THE CASE OF INSTITUTIONAL ECONOMICS

Abstract

Science has the social status of being the vehicle of true discourses about reality. Nevertheless, in social science, truth can be occluded by false, not objective, speeches and be accepted as a true description of social reality. Maybe economics is the social science in which this divorce from reality is more visible. Accusations about the unreality of mainstream economics' assumptions have been made since the marginal revolution of the late nineteenth century and the consolidation of the neoclassical research program throughout the twentieth century. How is it possible? Despite the heterodox critique directed to orthodox theories, these critical appraisals were always encompassed under orthodox research program. It was the case of American Institutionalism critique of orthodoxy in the passage of nineteenth to twentieth century. The aim of this article is to consider the debates in economic science at the end of nineteenth century regarding institutional economics in American Academy. It is intended to illuminate how mainstream economics uses the critique not to build a more objective view of economic reality, but solely to enlarge the set of problems presumably explained by the orthodox research program.

Keywords: ontology, institutional economics, neoclassical economics

A NATUREZA DA CRÍTICA EM ECONOMIA: O CASO DA ECONOMIA INSTITUCIONAL

Carolina Miranda Cavalcante¹

- Eu tinha estragado este quadro. Tinha deixado escorrer sobre ele tinta vermelha. A princípio, fiquei furiosa, mas essa mancha começou a me agradar porque poderia ser vista como uma divisão, como se a fábrica não fosse uma verdadeira fábrica, mas apenas um velho cenário rachado em que a fábrica aparecia como uma ilusão. Comecei a me distrair com essa fenda, a aumentá-la, imaginando o que poderia ser visto através dela. Foi assim que comecei a pintar meu primeiro ciclo de quadros que chamei de “cenários”. Está claro que ninguém podia vê-los. Seria expulsa da escola. No primeiro plano havia sempre um mundo perfeitamente realista e, um pouco mais ao fundo, como através da cortina rasgada do cenário de um teatro, via-se alguma coisa a mais algo de misterioso e abstrato.

Fez uma pausa e acrescentou: - Na frente ficava a mentira inteligível, por trás a verdade incompreensível.

(Milan Kundera, “A Insustentável Leveza do Ser”)

Introdução

A ciência possui o status social de ser o veículo de discursos verdadeiros sobre a realidade social. No entanto, na ciência social, a verdade pode ser ocluída por discursos falsos, não objetivos, sendo aceitos como uma descrição verdadeira da realidade social. Talvez a Economia seja a ciência social na qual esse divórcio da realidade seja mais visível. Acusações acerca da irrealidade dos supostos da economia mainstream têm sido feitas desde a revolução marginalista do final do século XIX e da consolidação do programa de pesquisa neoclássico ao longo do século XX. Como isso é possível?

Thomas Kuhn nos informara que a ciência se desenvolve alternando períodos de ciência normal – na qual há um paradigma dominante – com períodos de ciência extraordinária, na qual muitos paradigmas emergem e lutam pela aceitação da comunidade científica. Então, na ciência normal, temos uma única visão de mundo aceita acerca da realidade econômica. John Kenneth Galbraith também nos informa que a sabedoria convencional tende a persistir na mente das pessoas até que a realidade coloque essa sabedoria convencional em dúvida, tornando-a obsoleta, incompatível com a realidade². Não obstante, na ciência econômica, as teorias heterodoxas têm muito amiúde convivido lado a lado com o paradigma ortodoxo dominante. Apesar das abundantes críticas

¹ Professora de Economia Política e Economia Institucional da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: cmcavalcante@gmail.com – website: www.cmcavalcante.wordpress.com

² Ver Galbraith (2012, p.29-41).

heterodoxas direcionadas às teorias ortodoxas, essas avaliações críticas são sempre englobadas sob os termos do programa de pesquisa ortodoxo. Esse foi o caso da crítica do institucionalismo americano à ortodoxia econômica na passagem do século XIX para o século XX. O objeto desse artigo é a observação dos debates na ciência econômica no final do século XIX no que concerne à economia institucional na Academia Americana. Pretende-se iluminar como a Economia mainstream usa a crítica não para construir uma visão mais objetiva da realidade econômica, mas tão somente para ampliar o conjunto de problemas presumidamente explicados pelo programa de pesquisa ortodoxo.

Esse artigo possui três seções, além da introdução e da conclusão. Na primeira seção, a crítica do institucionalismo americano, principalmente de Thorstein Veblen, à ortodoxia econômica do final do século XIX será considerada. A segunda seção trata da forma como o novo institucionalismo adaptou a temática das instituições nos termos do programa de pesquisa neoclássico, que pode ser considerado ortodoxo sob o ponto de vista da própria crítica vebleniana. Nesse sentido, mantém-se a mesma visão de mundo acerca da realidade econômica, mas agora no âmbito de um programa de pesquisa recheado de novas temáticas. Na terceira seção são trazidos alguns debates no âmbito da filosofia da ciência, em que o realismo crítico de Lawson e Bhaskar é apresentado como uma alternativa metodológica para a construção teórica no âmbito da proposta heterodoxa.

O Institucionalismo Americano e a crítica à ortodoxia do final do século XIX

Embora elementos institucionalistas possam ser encontrados em autores como Adam Smith, Karl Marx e Alfred Marshall, como assinalado por Hodgson (1999), uma explícita consideração das instituições em Economia foi inicialmente realizada por Thorstein Veblen e seus discípulos. Destacam-se entre seus discípulos John Commons e Wesley Mitchell, embora existam divergências importantes tanto no foco da pesquisa quanto na construção teórica desses autores³. O próprio termo “economia institucional” teria sido forjado alguns anos depois do surgimento dos primeiros escritos de Veblen. Segundo Rutherford (2001, p.173), o termo “economia institucional” teria sido cunhado por Walton Hamilton em 1919.

Os primeiros passos do Institucionalismo Americano foram dados por Veblen em seu provocativo artigo “Why is Economics not an Evolutionary Science?”, publicado em 1898 no *The Quarterly Journal of Economics*. Nesse artigo, Veblen direciona uma crítica à ortodoxia econômica de seu tempo. Numa sequência de artigos posteriores, Veblen não apenas direciona sua crítica às ideias neoclássicas de John Bates Clark, mas também distribui sua crítica para uma ampla gama de

³ Cavalcante (2014).

autores e escolas de pensamento⁴, como Karl Marx, Adam Smith, Economia Austríaca e a própria Escola Histórica Alemã; esta última tendo influenciado o institucionalismo americano no que concerne à sua defesa do embasamento empírico-factual das teorias econômicas. Nesse artigo, o foco será a crítica de Veblen à ortodoxia econômica, desenvolvida no referido artigo de 1898, no qual o autor acusa a ortodoxia econômica de ser uma ciência irrealista, não evolucionária, atrasada em relação a outras teorias contemporâneas como a biologia evolucionária e a psicologia dos instintos. Curiosamente, a atual ortodoxia, sintetizada no programa de pesquisa neoclássico, recebeu praticamente a mesma crítica do movimento pós-autista⁵.

Veblen identificou a ciência não evolucionária com a ortodoxia econômica do final do século XIX, afirmando que a “economia está irremediavelmente atrasada no tempo, e incapaz de lidar com seu objeto de estudo de uma forma que a autorize a figurar como uma ciência moderna.”⁶ (Veblen, 1961 [1898], p.56). Segundo o autor, o principal problema da ortodoxia econômica se resumiria a três equívocos, a saber, animismo, hedonismo e taxonomia. Deste modo, a crítica vebleniana pretendeu superar essa concepção não evolucionária de ciência, bem como construir uma ciência econômica pós-evolucionária, em acordo com os mais recentes desenvolvimentos no âmbito da psicologia dos instintos e da biologia evolucionária. Segundo o autor, uma ciência evolucionária “é um intrincado corpo teórico. Esta é uma teoria do processo, de uma sequência que se desdobra.”⁷ (Veblen, 1961 [1898], p.58)

Uma ciência evolucionária deve se engajar na explicação de sequências de causa e efeito, ao contrário da explicação não evolucionária de fenômenos econômicos em termos de alguma finalidade, que leva ao animismo, ou seja, a uma concepção teleológica dos eventos econômicos. De acordo com Veblen (1961[1898]), o animismo estaria presente na concepção de Adam Smith de autointeresse e mão invisível como promotores do bem-estar econômico. Outro elemento teórico identificado com uma ciência não evolucionária é o sistema econômico taxonômico, isto é, “um corpo de proposições consistentes concernentes à relação normal das coisas” (Veblen 1961[1898], p.67). A taxonomia também estaria presente na Escola Histórica Alemã, adepta do método indutivo, bem como na Economia Clássica e na Escola Austríaca, comprometidas com um método dedutivo. De um lado os dados são considerados sem teoria, do outro lado a teoria é elaborada sem referência empírica. A sugestão de Veblen para superar tal questão seria a adoção do método abdutivo no âmbito da construção teórica (Hodgson, 1994, p.61).

⁴ Esses artigos foram publicados entre 1899 e 1900 no *The Quarterly Journal of Economics*. Ver Cavalieri (2014, p.46).

⁵ Sobre o movimento pós-autista, ver: <http://www.paecon.net/HistoryPAE.htm>

⁶ “(...) economics is helplessly behind the times, and unable to handle its subject-matter in a way to entitle it to standing as a modern science.” (Veblen, 1961 [1898], p.56)

⁷ “(...) is a close-knit body of theory. It is a theory of a process, of an unfolding sequence.” (Veblen, 1961 [1898], p.58)

O último argumento que Veblen direciona contra a ciência não evolucionária remete à compreensão do agente econômico. Segundo o autor, a ortodoxia econômica possuía uma compreensão hedonista dos sujeitos, que teria definido o agente econômico como um “perfeito calculador de dores e prazeres”⁸ (Veblen, 1961[1898], p.73). Em lugar de uma concepção hedonista dos agentes econômicos, Veblen sugeriu a psicologia dos instintos como os motores subjacente à ação humana. Destarte, os agentes econômicos seriam movidos por três instintos básicos além do instinto de sobrevivência, a saber, instinto de artesanato (*wormanship*), instinto de proteção (*parental bent*) e instinto de conhecimento (*idle curiosity*). Ademais, Backhouse (1985, p.227) chama atenção para o fato de que uma psicologia hedonista da ação humana implicaria uma concepção de preferências dadas exogenamente, enquanto Veblen teria considerado que as preferências individuais seriam moldadas pelas instituições.

Deste modo, ao contrário de uma ciência não evolucionária comprometida com uma construção teórica animista e taxonômica, “uma ciência evolucionária deveria ser uma teoria do processo de crescimento cultural enquanto determinado pelos interesses econômicos, uma teoria de uma sequência cumulativa de instituições econômicas posta em termos do próprio processo” (Veblen, 1961 [1898], p.77). Em lugar de uma construção teórica animista e taxonômica, o cientista econômico comprometido com uma ciência evolucionária deveria explicar a realidade econômica considerando as cadeias de causa e efeito em sua complexa interação entre instituições e instintos humanos no processo evolucionário da vida econômica. Mas o que são instituições e quais instintos humanos são esses?

Conforme indicado acima, Veblen reconhece o instinto de sobrevivência ao lado de outros três instintos básicos: (i) instinto de artesanato, o impulso que nos leva ao incremento tecnológico; (ii) instinto de proteção, o impulso que nos leva a buscar garantir o bem-estar da nossa família e da sociedade; (iii) instinto de curiosidade, o impulso que nos leva a produzir explicações coerentes acerca do mundo (Backhouse, 1985, p.227). Estes seriam os motores da ação humana. Porém, mais importantes que os instintos seriam as instituições, que ganhariam relativa autonomia sobre os instintos ao longo do tempo. Deste modo, instituições são definidas como hábitos de pensamento, ou os “métodos habituais de conduzir o curso da vida da comunidade em contato com o meio material na qual se vive”⁹ (Veblen, s.d. [1988], p.89). Para exemplificar a ideia de instituições como hábitos de pensamento, podemos mencionar dois hábitos mentais identificados por Veblen, a saber, a empresa de negócios (*business enterprise*) e os processos mecânicos (*machine process*). Com a substituição das habilidades artesanais (*craftsmanlike skill*) pela padronização mecânica (*mechanical*

⁸ No original em inglês: “lightning calculator of pleasures and pains” (Veblen, 1961[1898], p.73).

⁹ “(...) habitual methods of carrying on the life process of the community in contact with material environment in which it lives” (Veblen, s.d. [1988], p.89).

standardisation), as pessoas foram levadas a pensar em termos de causa e efeito devido ao seu modo de vida; esse modo de pensamento é bem diferente do hábito mental da empresa de negócios, baseado numa motivação de ganho pecuniário (Backhouse, 1985, p.223). Esses foram os hábitos mentais identificados por Veblen em seu tempo. Ao longo da “Teoria da Classe Ociosa”¹⁰, publicada originalmente em 1899, Veblen traça a origem do consumo conspícuo nos instintos primitivos de emulação de força através da luta e outras atividades animadas como a caça e a guerra.

Nessa rápida consideração do artigo seminal de Veblen, podemos notar uma abordagem mais interdisciplinar do objeto econômico. Também é possível notar que o objeto da Economia não se baseia na restrita definição da economia como uma luta por recursos escassos, que podem ser qualquer coisa, como “dois cães lutando por um osso ou dois estudantes lutando por uma bola”¹¹ (Searle, 2005, p.1). Ao contrário, o objeto da ciência econômica é entendido por Veblen como um complexo conjunto de relações humanas, tanto materiais quanto psicológicas, que se cristalizam em hábitos mentais, ou instituições. Importante notar que Veblen não critica apenas as deficiências teóricas da ortodoxia econômica, mas também aponta para a necessidade de se considerar o objeto da ciência econômica de forma mais ampla.

Veblen foi considerado um crítico radical da ortodoxia econômica, ao contrário de seus discípulos mais referidos, a saber, Wesley Mitchell e John Commons. Backhouse (1985, p.228) chama a atenção para o fato de que Mitchell deveria mais à Walras em sua teoria dos ciclos de negócios que a Veblen. O objetivo de Mitchell era construir teorias aptas a capturar a complexidade dos fenômenos econômicos, independentemente da fonte dos elementos conceituais utilizados, fossem eles ortodoxos ou não. Deste modo, Mitchell não negou o raciocínio dedutivo, apesar de sua maior ênfase na indução.

Mitchell concordou com Veblen quanto à definição de instituições como “hábitos de pensamento que ganharam aceitação geral como normas para guiar a conduta”¹² (Mitchell, 1910b, p.203). Ademais, o autor rejeita as concepções ortodoxas acerca da natureza humana, reafirmando a ideia de instituições como “entidades psicológicas – hábitos de pensamento e ação prevalecentes dentre a comunidade sob investigação”¹³ (Mitchell, 1910a). O foco de Mitchell era a construção de teorias complexas do ciclo de negócios, não diretamente com uma crítica demolidora da ortodoxia econômica, portanto, o autor não concentrou seus esforços numa crítica das escolas de pensamento existentes. Contudo, o núcleo da teoria institucionalista de Mitchell se aproxima mais das concepções veblenianas que o arcabouço teórico sugerido por Commons.

¹⁰ Título original em inglês: *Theory of the Leisure Class*.

¹¹ “(...) two dog fighting over a bone or two schoolboys fighting over a ball” (Searle, 2005, p.1).

¹² “(...) habits of thought which have gained general acceptance as norms for guiding conduct” (Mitchell, 1910b, p.203).

¹³ “(...) psychological entities – habits of thought and action prevailing among the communities under observation” (Mitchell, 1910a).

As contribuições institucionalistas de Commons foram bem recebidas pela nova economia institucional, uma vez que suas contribuições possuíam elementos simpáticos ao programa de pesquisa neoclássico, no qual o novo institucionalismo encontra-se ancorado. Commons foi considerado o institucionalista americano mais importante do ponto de vista dos novos institucionalistas (Furubotn; Richter, 2005, p.41). Ademais, o institucionalismo de Commons estava intimamente ligado à dimensão legal das relações econômicas, fazendo “mais que qualquer outro no sentido de estabelecer a importância das questões legais para a economia, e com muitos outros ele intensificou a interface entre economia e direito”¹⁴ (Hodgson, 2003, p.548).

O ponto de partida de Commons é a escassez de recursos, de forma similar à definição do objeto da economia dada pelo programa de pesquisa neoclássico. O autor afirma que num mundo no qual os recursos são escassos, a tendência ao conflito é inevitável. Na ausência de restrições à ação humana, a escassez de recursos levará as pessoas a resolverem seus conflitos com base na força física. Commons (1931) argumenta que um mundo como esse engendra um cenário no qual a insegurança torna difícil o planejamento do futuro. A solução, segundo o autor, seria a ação coletiva, responsável pela imposição de restrições ao comportamento humano. Essa ação coletiva seria exercida através de mecanismos institucionais. Destarte, o autor define “uma instituição como a ação coletiva no controle, liberação e expansão da ação individual”¹⁵ (Commons, 1931, s.p.).

Nessa concepção, instituições são entendidas como um acordo coletivo voltado à resolução de conflitos. Regras e punições para seu não cumprimento estão implicadas nesse acordo. Para Commons (1931), o controle coletivo é exercido através das instituições, e podem resultar de costumes desorganizados (*unorganized customs*) ou da ação organizada (*organized action*), em que a última compreende o Estado, a família, a igreja, as corporações, os sindicatos, etc. As instituições que emergem da ação organizada são regras de funcionamento (*working rules*) que definem “o que um indivíduo pode, não pode, deve, não deve, poderia ou não poderia fazer”¹⁶ (Commons, 1931, s.p.). Essa regulação da ação humana é crucial num mundo repleto de transações.

Uma transação é mais que uma simples troca mercantil entre indivíduos; é um veículo de transferência de propriedade entre indivíduos. Transações “são, não a ‘troca de mercadorias’, mas a alienação e aquisição, entre indivíduos, de direitos de propriedade e liberdade criados pela sociedade”¹⁷ (Commons, 1931, s.p.). Transações são, portanto, um acordo inicial entre as partes, antes de mais nada um acordo coletivo que permite a um sistema econômico produzir, distribuir e trocar

¹⁴ “(...) more than anyone else to establish the importance of legal matters for economics, and with several others he intensified the interface between economics and law” (Hodgson, 2003, p.548).

¹⁵ “(...) an institution as collective action in control, liberation and expansion of individual action” (Commons, 1931, s.p.).

¹⁶ “(...) what the individual can, cannot, must, must not, may or may not do” (Commons, 1931, s.p.).

¹⁷ “(...) are, not the ‘exchange of commodities’, but the alienation and acquisition, between individuals, of the rights of property and liberty created by society” (Commons, 1931, s.p.).

bens. Por conseguinte, Commons considera a transação como a unidade básica de análise¹⁸. Ademais, os indivíduos transacionam não apenas porque desejam, mas pela própria necessidade imposta por sua condição humana, que gera a necessidade do intercâmbio de direitos de propriedade, ou seja, a necessidade das transações. Numa relação de troca, os indivíduos envolvidos experimentam uma relação que é ao mesmo tempo de dependência e de conflito. Para que o conflito não prevaleça na troca, as instituições devem funcionar como eficientes mecanismos de resolução de conflitos.

Essas contribuições de Commons ao pensamento institucionalista não apenas se liberam da tarefa de atacar diretamente a ortodoxia econômica, mas também acabam por se aproximar, ainda que involuntariamente, dessa tradição de pensamento. No item seguinte, veremos como a auto denominada nova economia institucional absorve a crítica vebleniana nos seus próprios termos.

Nova Economia Institucional: uma leitura neoclássica das instituições

Após um período de declínio do institucionalismo americano, denominado como velha economia institucional por Oliver Williamson, observa-se a retomada dos debates concernentes ao papel das instituições em Economia a partir de um artigo publicado em 1937 por Ronald Coase, intitulado “A Natureza da Firma”¹⁹. Esse artigo reabriu o debate acerca das instituições, mas sob uma perspectiva neoclássica. A nova economia institucional reage à crítica vebleniana de uma falta de empiria e da temática das instituições no discurso ortodoxo. O próprio Coase argumentou que os economistas estariam estudando “a circulação do sangue sem um corpo”²⁰ (Coase, 1998, p.73). Nesse sentido, o autor buscava construir uma teoria econômica mais realista, mas, ao contrário de Veblen, sem intencionar um rompimento total com o modo de pensamento ortodoxo de sua época. Coase procurou fornecer uma alternativa teórica que fosse ao mesmo tempo tratável e realista no âmbito da teoria da firma.

(...) a definição de firma a ser construída deve ser não apenas realista no sentido de corresponder ao que se entende por uma firma no mundo real, mas também tratável pelos dois mais poderosos instrumentos de análise econômica desenvolvidos por Marshall, a ideia de margem e a de substituição, juntas fornecendo a ideia de substituição na margem. (Coase, 1990 [1937], p.34)²¹

¹⁸ A ideia de transação foi posteriormente utilizada por Ronald Coase e Oliver Williamson no âmbito da abordagem dos custos de transação.

¹⁹ No original em inglês, “*The Nature of the Firm*”.

²⁰ “(...) the circulation of the blood without a body” (Coase, 1998, p.73).

²¹ “(...) a definition of a firm may be obtained which is not only realistic in that it corresponds to what is meant by a firm in the real world, but is tractable by two of the most powerful instruments of economic analysis developed by Marshall, the idea of the margin and that of substitution, together giving the idea of substitution at the margin.” (Coase, 1990 [1937], p.34)

Na citação acima, podemos observar a preocupação de Coase acerca da construção de uma teoria da firma que não é apenas realista, mas também tratável nos limites de instrumentos teóricos específicos. O autor não estava engajado em revoluções teóricas no âmbito da Economia, como Veblen estava, mas sim em construir uma teoria mais realista através da expansão do conjunto de problemas sugerido pelos marginalistas do final do século XIX. Deste modo, a concepção de realismo de Coase estava comprometida com a expansão dos problemas postos pelo marginalismo, que em seu tempo já se convertia no *mainstream* econômico sob a roupagem da tradição neoclássica. Tal concepção de realismo não se compromete, por conseguinte, com uma investigação crítica do objeto de estudo da ciência econômica.

Em seu artigo seminal, “A Natureza da Firma”, Coase chama a atenção para o que ficaria conhecido como custos de transação, elemento que teria sido desconsiderado pelos economistas do *mainstream*. O autor afirma a realidade das firmas através da observação de custos de transação positivos no sistema econômico. Os custos de transação podem ser entendidos como “‘o custo de usar o mecanismo de preços’, ou ‘o custo de conduzir uma transação através de uma troca no mercado aberto’, ou simplesmente ‘custos de transação’”²² (Coase, 1990, p.6). Nesse sentido, os custos de transação são todos aqueles custos envolvidos numa transação econômica como pesquisa de preços, contratos, assim como o próprio conhecimento do mercado.

Os custos de transação estão em toda parte, cabendo aos indivíduos minimizá-los através da escolha de uma alocação de recursos eficiente, que pode ser conduzida no âmbito do mercado, da firma ou do Estado. Coase considera o Estado um mecanismo de alocação de recursos alternativo à firma e ao mercado em seu artigo de 1960, “O Problema dos Custos Sociais”²³. Coase identifica esses mecanismos de alocação com as instituições, definidas como mecanismos de redução de custos de transação. A escolha entre mecanismos de alocação de recursos alternativos é realizada através da avaliação de qual das instituições – Estado, firmas, mercado – é capaz de alocar os recursos do sistema de forma mais eficiente, ou seja, com os menores custos de transação. Em acordo com os instrumentos postos pelo marginalismo, essa escolha é feita na margem. Portanto, se o custo de realizar uma transação a mais no mercado é superior à realização dessa transação adicional na firma, então o indivíduo deve escolher a firma para alocar essa transação adicional.

Oliver Williamson é reconhecido por ter cunhado o termo nova economia institucional como forma de distingui-la dos institucionalistas americanos, que acabaram por receber a denominação de velha economia institucional (Coase, 1998, p.72). Assim como Coase, Williamson adota a ideia de transação como unidade básica de análise, ideia sugerida por Commons. Apesar dos *insights* de

²² “(...) ‘the cost of using the price mechanism’, or ‘the cost of carrying out a transaction by means of an Exchange on the open market’, or simply ‘marketing costs’”. (Coase, 1990, p.6)

²³ No original em inglês, “The Problem of Social Costs”.

Commons terem sido reconhecidos pelos novos institucionalistas, as contribuições desse autor, assim como dos demais ditos velhos institucionalistas, foram consideradas “anti-teóricas, e sem uma teoria para reunir sua coleção de fatos”²⁴ (Coase, 1998, p.72). Ao lado da ideia de transação como unidade básica de análise, Williamson adota ainda a ideia de que os indivíduos possuem uma capacidade computacional limitada, ou racionalidade limitada. O conceito de racionalidade limitada fora desenvolvido por Herbert Simon (1979), sendo ainda adotado por Douglass North em sua teoria institucionalista do crescimento econômico. Além de limitados cognitivamente, os indivíduos também estariam “inclinados ao oportunismo, que é uma profunda condição de busca pelo autointeresse que contempla a astúcia”²⁵ (Williamson, 1993, p.92).

Num mundo de indivíduos oportunistas e limitados cognitivamente, instituições como as firmas, o mercado e as relações contratuais emergem como formas de frear esse comportamento oportunista, guiando as ações desses indivíduos limitados cognitivamente. Douglass North (1991) também adota a ideia de racionalidade limitada. De fato, apenas através da substituição de um suposto de racionalidade completa por um suposto de racionalidade limitada que a teoria institucionalista do crescimento econômico de North torna-se possível. O argumento é similar ao de Coase acerca da necessidade da firma no mundo econômico, no qual a condição de existência das instituições não é posta pelo objeto de estudo, mas sim por uma necessidade de construção de uma categoria teórica inexistente na tradição neoclássica. Para North, as instituições existem porque os indivíduos são cognitivamente limitados e as regras que emanam da matriz institucional fornecem um suporte cognitivo a esses indivíduos. Contudo, as instituições são um pouco mais, na concepção de North.

Instituições são as regras do jogo numa sociedade ou, mais formalmente, são as restrições humanamente criadas que moldam a interação humana. Em consequência, elas estruturam os incentivos na troca humana, seja ela política, social ou econômica. A mudança institucional molda a forma como as sociedades evoluem ao longo do tempo e, conseqüentemente, é a chave para a compreensão da mudança histórica. (North, 1990, p.3)²⁶

Assim sendo, as instituições são aquelas restrições constituídas informalmente pelos indivíduos, como sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta; bem como são restrições formais, escritas em constituições, leis e direitos de propriedade (North, 1991, p.97). Essas restrições ao comportamento humano são necessárias num mundo de indivíduos limitados cognitivamente que – na ausência de um conhecimento completo e da capacidade computacional necessária para

²⁴ “(...) anti-theoretical, and without a theory to bind together their collection of facts” (Coase, 1998, p.72).

²⁵ “(...) given to opportunism, which is a deep condition of self-interest seeking that contemplates guile” (Williamson, 1993, p.92).

²⁶ “Institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction. In consequence they structure incentives in human exchange, whether political, social, or economic. Institutional change shapes the way societies evolve through time and hence is the key to understanding historical change.” (North, 1990, p.3)

processar toda informação disponível – precisam se apoiar em regras institucionais para guiar suas ações e fundamentar seu processo de tomada de decisão. O Estado, uma organização com vantagem comparativa em violência, é responsável pela garantia do cumprimento dessas regras formais (North, 1981, p.21).

Importante notar que, assim como Coase e Williamson, North busca formular sua teoria institucionalista dentro dos limites da economia neoclássica. North (1985) insere explicitamente sua contribuição nos limites do programa de pesquisa neoclássico, construindo uma teoria voltada à análise da performance das economias ao longo do tempo, buscando relaxar alguns supostos neoclássicos fundamentais. Um dos supostos fundamentais da economia neoclássica, que define o agente econômico enquanto um agente racional, é integrado à análise institucional sob a forma de um agente dotado de racionalidade limitada.

O arcabouço analítico é uma modificação da teoria neoclássica. O que este retém é o suposto fundamental da escassez e, conseqüentemente, competição, bem como as ferramentas analíticas da teoria microeconômica. O que este modifica é o suposto de racionalidade. O que este adiciona é a dimensão do tempo. (North, 1994, p.359)²⁷

Destarte, North desenvolve uma crítica bem diferente da ortodoxia econômica que Veblen havia realizado na virada do século XIX para o século XX. Enquanto Veblen indicou a inadequação da teoria ortodoxa para explicar os processos efetivos de causa e efeito – nesse sentido, uma inadequação da teoria ao seu objeto –, North busca incluir elementos teóricos até então negligenciados pelos instrumentos teóricos neoclássicos. North sequer avalia a natureza do objeto de estudo da ciência econômica, afirmando categoricamente que a “A Economia é uma teoria da escolha – até aí tudo bem”²⁸ (North, 2005, p.11). Apesar da teoria de Veblen ter se apoiado numa concepção psicológica que sofreu duras críticas, o autor não buscou sujeitar a realidade econômica a uma modalidade de construção teórica específica, procurou antes reunir diversas concepções e ideias no sentido de compreender o objeto de estudo da ciência econômica. Como podemos notar, isso é diferente de tentar compreender o curso efetivo de eventos acriticamente através de lentes teóricas específicas, sem considerar que a ciência econômica é mais que a ortodoxia econômica. Ademais, o objeto de estudo da Economia não pode ser reduzido a uma teoria da escolha racional sob escassez, eliminando o conflito inerente às relações sociais e que se coloca para além de uma mera disputa por recursos escassos. Como nos lembram o institucionalismo americano, as instituições são parte orgânica da sociedade, não um mecanismo de alocação de recursos.

²⁷ The analytical framework is a modification of neoclassical theory. What it retains is the fundamental assumption of scarcity and hence competition and the analytical tools of microeconomic theory. What it modifies is the rationality assumption. What it adds is the dimension of time. (North, 1994, p.359)

²⁸ “Economics is a theory of choice – so far so good” (North, 2005, p.11).

O que a Filosofia da Ciência pode nos dizer sobre tudo isso?

Para que possamos qualificar a ortodoxia e a heterodoxia econômica no que concerne ao seu método e à sua ontologia, serão apresentados nessa seção alguns debates em filosofia da ciência. Serão consideradas as seguintes abordagens em filosofia da ciência: positivismo lógico, tradição do crescimento do conhecimento e realismo crítico.

O positivismo lógico representou um empreendimento filosófico voltado à análise do discurso científico, em que seu principal projeto intencionava eliminar as proposições metafísicas da ciência. O objetivo do positivismo lógico consistia na construção de um discurso único, válido tanto para a ciência natural quanto para a ciência social. Nesse discurso, apenas proposições com conteúdo empírico ou sentenças tautológicas seriam consideradas como contendo significância cognitiva (Caldwell, 1984, p.13). Logo ficou claro que a completa aplicação da filosofia lógico positivista à ciência natural implicaria a eliminação de leis naturais do discurso científico – como a lei da gravidade, por exemplo –, impossibilitando a própria ciência natural. Ademais, os positivistas lógicos não puderam construir um critério de demarcação entre proposições científicas e metafísicas, uma vez que a verificação conclusiva de uma proposição implicaria infinitos testes empíricos.

Karl Popper forneceu uma avaliação crítica do positivismo lógico, questionando tanto o princípio da verificação quanto o projeto anti-metafísico sugerido pelos positivistas lógicos. O autor sugeriu que se não é possível verificar conclusivamente uma proposição científica, ainda é perfeitamente possível falsificá-la. Popper sustenta ainda que mais importante que o teste de teorias científicas seria sua constante crítica teórica, afirmando ainda que os cientistas não deveriam se concentrar tanto na eliminação da metafísica, uma vez que isso seria uma perda de tempo. O trabalho mais importante dos cientistas seria a busca pela falsificação de suas teorias; não no sentido de buscar construir teorias falsas, mas no sentido de que os cientistas nunca deveriam entender suas teorias como uma verdade absoluta.²⁹

Resumindo o debate anterior, ficou claro que seria impossível eliminar a metafísica do discurso científico³⁰. Entra em cena, então, a tradição do crescimento do conhecimento, pondo a questão da subjetividade inerente às teorias científicas, anteriormente negada pelos lógico positivistas. Os autores mais referidos no âmbito dessa abordagem são Thomas Kuhn e Imre Lakatos. A ênfase no caráter social e histórico do conhecimento científico é um ponto distintivo entre a tradição do crescimento do conhecimento e o positivismo lógico; como pudemos notar anteriormente, os positivistas lógicos consideravam o cientista como um mero processador de dados empíricos. Ao

²⁹ Para mais sobre o pensamento de Popper, ver Caldwell, 1984, p.41-45.

³⁰ Ver Duayer; Medeiros; Paineira (2001).

aceitar que a ciência é feita não apenas de dados empíricos, mas também de concepções compartilhadas por uma comunidade científica, a metafísica pôde ser readmitida no discurso científico. Portanto, a ontologia volta a ser considerada como parte da ciência.

Mas como a metafísica retorna ao discurso científico no âmbito da tradição do crescimento do conhecimento? Kuhn sugere a concepção de paradigma, definido como “alguns exemplos aceitos dos efetivos exemplos práticos científicos que incluem leis, teoria, aplicação e instrumentalização juntos – [que] provê modelos dos quais surgem particularmente coerentes tradições de pesquisa científica”³¹ (KUHN *apud* Caldwell, 1984, p.71). O paradigma contém a visão de mundo, ou ontologia, de uma comunidade científica; constitui a forma como os cientistas entendem seu objeto de estudo e seus respectivos instrumentos teóricos utilizados para explicar esse objeto. Quando os cientistas concordam acerca de um paradigma, temos um período de ciência normal, no qual a maior parte do trabalho da comunidade científica consiste na atividade de resolução de problemas (*puzzle-solving activity*)³². Quando o paradigma corrente não é mais capaz de resolver os problemas postos pela realidade, a comunidade científica ingressa num período de ciência extraordinária, no qual muitos paradigmas competem entre si, buscando fornecer uma explicação para os novos eventos observados. Em algum momento, um desses paradigmas ganha a aceitação da comunidade científica e é escolhido como o novo paradigma da nova ciência normal³³.

Como vimos, o critério de seleção de paradigmas é baseado na crença dos cientistas na habilidade do novo paradigma em lidar com os eventos observados, desafiando o velho paradigma. Lakatos fornece uma outra forma de selecionar visões de mundo, ou ontologias, concorrentes. O autor sugere a ideia de programas de pesquisa científico (doravante, PPC), bem como um critério empírico de seleção entre PPCs concorrentes. Um PPC é composto por um núcleo rígido e por um cinturão protetor. Os princípios e supostos fundamentais compartilhados por uma comunidade científica encontram-se no interior do núcleo rígido e não devem ser questionados pelos cientistas que fazem parte desse PPC; uma vez que o núcleo rígido é composto por uma heurística negativa. A heurística positiva é dada pelos limites do cinturão protetor, que são aqueles elementos teóricos que os cientistas podem mudar e reelaborar sem deixar os limites do PPC. O critério de escolha entre dois PPCs concorrentes é dado por sua capacidade de prever fatos novos, bem como pela precisão dessas previsões (Caldwell, 1984, p.87). O núcleo rígido não deve ser jamais questionado. Note que não é a visão de mundo, ou ontologia, de um PPC que deve ser cotejada, mas sim a capacidade preditiva de suas teorias componentes.

³¹ “(...) some accepted examples of actual scientific practice-examples which include law, theory, application and instrumentation together – [which] provide models from which spring particular coherent traditions of scientific research” (KUHN *apud* Caldwell, 1984, p.71).

³² Ver Kuhn (1970).

³³ Caldwell (1984).

Destarte, Kuhn e Lakatos trouxeram de volta a metafísica para o discurso científico, mas não dão nenhum papel significativo à ontologia no processo do crescimento do conhecimento. Se a escolha entre paradigmas é realizada com base na fé dos cientistas no novo paradigma e a escolha entre PPCs é realizada com base em sua capacidade preditiva, qual é, afinal, o papel da ontologia na construção científica? Agora a ontologia possui um lugar no discurso científico, mas nenhum papel na construção teórica efetiva. Esse estado de coisas pode ser atribuído a uma ontologia filosófica – herdada do positivismo lógico – que limita o objeto de estudo da ciência aos eventos empíricos. Na década de 1970, uma nova tradição de pensamento em filosofia da ciência entra no debate. Em 1975, Roy Bhaskar publica o livro *A Realist Theory of Science*, inaugurando o realismo crítico. A proposta central do realismo crítico é a reafirmação da ontologia, ou seja, a proposição de que toda teoria pressupõe uma visão de mundo e, fundamentalmente, que essas visões de mundo podem e devem ser cotejadas.

Em 1997, Tony Lawson publica o livro *Economics and Reality*, trazendo as ideias crítico realistas para os debates em metodologia econômica. Nesse livro, Lawson identifica o dedutivismo como a modalidade de análise e construção teórica própria do *mainstream* econômico. O dedutivismo consistiria na “concepção de “leis” (ou ‘resultados significantes’ ou ‘formulações teóricas’) sobre as quais a explicação dedutivista depende em última instância”³⁴ (Lawson, 1997, p.16). Essas leis são “formuladas em termos de conjunções constantes de eventos ou estados de coisas”, elas são *covering laws* que expressam regularidades “da forma ‘sempre que evento x então evento y’”³⁵ (Lawson, 1997, p.17). Para que essas leis possam operar no mundo real é necessário pressupor que a realidade é composta por uma ubiquidade de conjunções constantes de eventos. Por conseguinte, a realidade é entendida como um conjunto de entidades empíricas que produzem conjunções constantes de eventos, em que suas correlações devem ser apreendidas pela ciência. Nesse sentido, a economia *mainstream* continuaria comprometida com uma ontologia positivista, apesar do amplo reconhecimento da derrocada do projeto anti-metafísico do positivismo lógico.

Como visto anteriormente, a construção teórica é impossível sem a utilização de elementos metafísicos, ou seja, é amplamente reconhecido que toda teoria pressupõe uma visão de mundo. Deste modo, uma saída para construir teorias “modernas”, ainda que amparadas numa ontologia científica atrelada ao positivismo lógico, foi sugerida pelo instrumentalismo metodológico de Milton Friedman. O autor desenvolve seu argumento a favor de uma ciência positiva em seu artigo de 1953 “A Metodologia da Economia Positiva”³⁶, defendendo a ideia de que a economia normativa, repleta de

³⁴ “(...) the conception of ‘laws’ (or ‘significant results’ or ‘theoretical formulations’) upon which deductivist explanation ultimately depend” (Lawson, 1997, p.16).

³⁵ “(...) formulated in terms of constant conjunction of events or states of affairs (...) [they are] covering laws (...) [expressing regularities] of the form ‘whenever event x then event y’” (Lawson, 1997, p.17).

³⁶ “The Methodology of Positive Economics”.

opiniões e asserções com conteúdo ético e moral, deveria ser subjugada à economia positiva, baseada em instrumentos e dados independentes dos julgamentos pessoais dos cientistas. O autor nega ainda a possibilidade de um conhecimento objetivo acerca da realidade, identificado com conhecimento absoluto, argumentando que as abstrações necessariamente desfazem conexões reais dos elementos constituintes do objeto de estudo, tornando o conhecimento objetivo (absoluto) uma tarefa impossível. Tudo que restaria ao cientista seria a captura de regularidades empíricas, baseadas em teorias que não precisariam ser realistas; tais teorias precisariam apenas produzir acuradas previsões acerca dos eventos econômicos.

Seria possível identificar as teorias de Friedman com o dedutivismo, uma vez que o autor reduz a realidade ao empírico e suas conjunções constantes de eventos. Também é possível identificar a modalidade de construção teórica do *mainstream* econômico – aí incluída a tradição neoclássica, herdeira do marginalismo – com uma concepção instrumentalista de ciência. Apesar das boas intenções de alguns autores que buscam a expansão do conjunto de problemas considerados pela teoria econômica *mainstream*, seu compromisso com uma ontologia empirista, lógico-positivista, acaba por limitar sua capacidade de obtenção de um conhecimento objetivo da realidade econômica. Algumas correntes de pensamento, no âmbito do *mainstream*, podem ser mencionadas como exemplo, a saber, os novos e velhos keynesiano, a nova economia institucional, dentre outros. Apesar de se apresentarem como críticos de teorias econômicas pouco realistas, essas escolas de pensamento permanecem no âmbito do programa de pesquisa neoclássico, que se enraíza profundamente na revolução marginalista do final século XIX. Contudo, se o programa de pesquisa neoclássico teria, através da nova economia institucional, considerado em seu cinturão protetor todas as demandas teóricas do institucionalismo americano, por que esse institucionalismo heterodoxo ainda se coloca como uma alternativa ao *mainstream*?

A crítica heterodoxa posta no sentido de apontar ausências de certos elementos teóricos no programa de pesquisa *mainstream* sempre estará sujeita à tradução nos termos do programa de pesquisa dominante. Nesse sentido, a afirmação do caráter ontológico da crítica heterodoxa se coloca como fundamental para a construção de uma alternativa teórica assentada em outra visão de mundo. O problema do *mainstream* econômico não seria um mero desleixo em relação a determinados elementos teóricos ou uma casual falta de realismo de algumas teorias, mas sim sua ontologia, ou sua concepção acerca do objeto da ciência econômica. Deste modo, a proposta crítico-realista se apresenta bastante promissora não apenas na avaliação crítica da ontologia que define e delimita o programa de pesquisa neoclássico, mas também na construção de uma alternativa heterodoxa a partir de outra visão de mundo.

Como vimos anteriormente, Lawson (1997) identifica o *mainstream* econômico com a modalidade de análise científica por ele denominada como dedutivismo, que consistiria numa

definição do objeto da ciência econômica como conjunções constantes de eventos empíricos, correlacionados, mas não ontologicamente relacionados. Tal ontologia implicada no dedutivismo é compatível com uma concepção de lei científica enquanto *covering law*³⁷, capazes tanto de encontrar correlações de eventos passados quanto de eventos futuros. Para que as *covering laws* possam operar, deve-se pressupor ainda que a realidade econômica é povoada de sistemas fechados. Nas palavras de Lawson, “uma precondição da universalidade, ou ampla aplicação, do dedutivismo é simplesmente que a realidade seja caracterizada como uma ubiquidade de tais fechamentos”³⁸ (Lawson, 1997, p.19). Tal concepção de ciência, identificada com o positivismo lógico, carrega consigo uma concepção de realidade, ou ontologia, denominada por Lawson, em acordo com Bhaskar (1997), como realismo empírico. No que segue, será brevemente apresentado o argumento de Lawson acerca da inadequação da ontologia do realismo empírico tanto para a ciência natural quanto para a ciência social.

Iniciemos com a ideia de sistemas fechados. Um sistema fechado implica que novidades não podem ocorrer, uma vez que leis do tipo “sempre que evento x então evento y” estão em operação. Sempre que o evento x ocorrer, não se pode esperar que nada além do evento y aconteça. Por conseguinte, tal conjunção de eventos somente pode ocorrer em sistemas fechados. Como podemos notar, mesmo o mundo natural não é feito de sistemas fechados, uma vez que novos eventos, inesperados, podem ocorrer. A questão que se coloca remete à questão de como a ciência social pode ser bem-sucedida se o mundo natural não é composto de sistemas fechados. Lawson e Bhaskar sugerem a ontologia realista transcendental no sentido de explicar a efetividade das práticas dos cientistas naturais. No âmbito de uma concepção de ciência realista transcendental, “o mundo é composto não apenas de eventos e seus estados de coisas e nossas experiências ou impressões, mas também de estruturas, poderes, mecanismos e tendências subjacentes que existem, sejam eles detectados ou não, e governam ou favorecem o curso efetivo de eventos”³⁹ (Lawson, 1997, p.21). O mundo natural seria composto por três domínios da realidade, a saber, empírico, efetivo e real. O domínio empírico seria composto de “experiência e impressões”, objetos empíricos, o domínio efetivo seria composto de “eventos efetivos e estados de coisas em adição ao empírico”, e no domínio real estariam as “estruturas, poderes, mecanismos e tendências, em adição ao curso efetivo de eventos e experiências” (Lawson, 1997, p.21). Se entendermos que o mundo natural é composto de sistemas abertos e que a realidade é estratificada em três domínios, a concepção de lei científica do tipo “sempre que evento x então evento y” torna-se inadequada para explicar uma prática amplamente

³⁷ Uma tradução para *covering law* seria “lei de cobertura”. No entanto, ao longo do texto, manteremos o original em inglês.

³⁸ “(...) a precondition of the universality, or wide applicability, of deductivism is simply that reality is characterised by a ubiquity of such closures” (Lawson, 1997, p.19).

³⁹ “(...) the world is composed not only of events and states of affairs and our experiences or impressions, but also of underlying structures, powers, mechanisms and tendencies that exist, whether or not detected, and govern or facilitate actual events” (Lawson, 1997, p.21).

reconhecida e utilizada no âmbito da ciência natural, a atividade experimental. Uma forma de entender a atividade experimental seria o reconhecimento de que fechamentos artificiais são produzidos em laboratório de modo a identificar mecanismos causais e tendências que não são dados imediatamente no domínio empírico, mas podem ser acessados através da análise científica.

No parágrafo anterior foi brevemente assinalada a inadequação do dedutivismo para a explicação da prática efetiva dos cientistas naturais. A seguir, cumpre analisar a adequação do dedutivismo à ciência social. Lawson sugere a análise de uma prática econômica amplamente reconhecida pelos economistas do *mainstream*, o fato de que “seres humanos fazem escolhas”⁴⁰ (Lawson, 1997, p.30). Escolha real pressupõe que, numa dada situação, “se sob condições x um agente de fato escolheu y, seria o caso do mesmo agente ter podido realmente não ter feito y”⁴¹ (Lawson, 1997, p.30). Em outras palavras, a escolha pressupõe sistemas abertos. Outro pré-requisito da possibilidade de existência da escolha é que os agentes possuam alguma “concepção do que eles estão fazendo e buscando obter com sua atividade”⁴² (Lawson, 1997, p.30). Por conseguinte, escolha pressupõe ação humana intencional. Como intencionalidade pressupõe cognoscibilidade, para que a ação humana seja possível, o mundo social deve ter algum “grau de durabilidade de seus objetos de conhecimento suficiente para permitir seu processo de conhecimento”⁴³ (Lawson, 1997, p.30-31). Portanto, um conhecimento objetivo, não absoluto, da realidade social é possível a partir de uma ontologia realista transcendental, que reconhece a realidade enquanto estratificada em empírico, efetivo e real.

Diante das ideias apresentadas anteriormente, qual seria a diferença entre uma construção teórica fundamentada no realismo empírico e uma concepção de ciência baseada no realismo transcendental? Observando a forma com os novos institucionalistas consideram as instituições no sistema econômico, enquanto um mecanismo de alocação de recursos em Coase ou um complemento cognitivo a agentes limitados em sua capacidade de processamento de informações em North, vemos que a ideia central de indivíduo racional otimizador não é abandonada. Contudo, essa concepção do agente enquanto um calculador, perfeito (racionalidade completa) ou imperfeito (racionalidade limitada), abstrai, no sentido friedmaniano, características intrínsecas à ação humana. Nesse sentido, por mais próximo da realidade que uma concepção de racionalidade limitada seja, esta permanece sendo um suposto irrealista, que Friedman (1953) acreditava ser um dispositivo necessário para a

⁴⁰ “human beings make choices” (Lawson, 1997, p.30).

⁴¹ “(...) if under conditions x an agent in fact choose to do y, it is the case that this same agent could really instead have not done y” (Lawson, 1997, p.30).

⁴² “(...) conception of what they are doing and wanting to achieve in their activity” (Lawson, 1997, p.30).

⁴³ “(...) degree of endurability in the objects of knowledge sufficient to facilitate their coming to be known” (Lawson, 1997, p.30-31).

construção científica. Nesse sentido, o conceito de racionalidade limitada não precisaria ser realista, apenas fornecer teorias com maior poder preditivo.

Mas por que a previsão é tão importante para os economistas do *mainstream*? Se entendermos que a concepção de ciência do *mainstream* é comprometida com métodos dedutivistas e fornece uma visão de mundo baseada em conjunções constantes de eventos empíricos atomísticos, o que restaria ao cientista senão buscar correlações entre esses eventos empíricos atomísticos? Nesse sentido, o único critério razoável de sucesso científico seria a precisão das previsões fornecidas pelas teorias científicas. Mas se a teoria seleciona a mesma evidência empírica que utiliza para os testes de suas teorias, então uma certa circularidade na construção e na avaliação teórica estaria presente.

(...) se a teoria determina a priori como é a configuração do mundo e, com isso, determina igualmente aquilo que é relevante (dados, eventos, objetos, relações) e ao mesmo tempo prescreve os critérios de corroboração empírica, parece evidente que se está então diante de uma flagrante circularidade (Duayer; Medeiros; Paineira, 2001, p. 759).

Kuhn (1970) sustenta que todo paradigma traz consigo uma visão de mundo, mas não é possível comparar dois ou mais paradigmas em bases objetivas, uma vez que dois paradigmas distintos fornecem visões de mundos distintos. Deste modo, dois paradigmas podem apenas ser traduzidos na linguagem um do outro, mas nunca podem ter suas ontologias comparadas. A escolha de um paradigma é realizada, em última instância, com base na fé dos cientistas. Na concepção de Lakatos, a escolha entre paradigmas é realizada com base em um critério de adequação empírica e na capacidade preditiva dos programas de pesquisa, mas o núcleo rígido, recheado com a visão de mundo de uma tradição de pensamento, não é objeto de crítica ou comparação entre programas de pesquisa. Friedman argumenta que os supostos, que são parte da visão de mundo das teorias, não podem e não precisam ser realistas. Sendo assim, tudo que resta à ciência é a captura e a correlação de eventos atomísticos para seu subsequente teste empírico. Mas se esses testes empíricos são circulares, de modo que a teoria já nasce validada, qual seria o propósito do trabalho científico? Tal questão nos habilita a refletir se os economistas do *mainstream* não estariam comprometidos com uma modalidade de construção científica que poderíamos denominar como ciência conspícua, em analogia com a concepção vebleniana de consumo conspícuo. Nesse sentido, as teorias *mainstream* seriam construídas para se adequar aos critérios de cientificidade postos pela economia *mainstream*, em vez da construção teórica estar comprometida com uma compreensão mais objetiva do objeto de estudo da economia. O trabalho do cientista passaria a consistir mais numa atividade de emulação de pertencimento ao que é reconhecido como Economia do que a busca pela compreensão do objeto econômico.

Conclusão

Este artigo teve o propósito de mostrar como a ortodoxia se apropriou – e se apropria – da crítica heterodoxa, traduzindo-a em seus próprios termos. No caso do institucionalismo americano, a resposta à falta de empiria na construção teórica ortodoxa foi o desenvolvimento dos métodos econométricos na década de 1930. Veblen definiu instituições como hábitos de pensamento, como formas de se pensar e fazer as coisas, correspondentes ao curso efetivo de eventos. Nas teorias de Coase e North, a condição de existência das instituições no mundo real depende do relaxamento de algumas hipóteses teóricas. Nesse sentido, a condição de existência das instituições em Veblen parte de um argumento ontológico, ou seja, as instituições constituem organicamente a realidade social. Na concepção novo institucionalista, as instituições somente podem existir quando as hipóteses teóricas são relaxadas de modo que a categoria das instituições caiba na visão de mundo posta pela teoria ortodoxa. No caso da construção teórica vebleniana, o objeto de estudo da ciência econômica coloca sua condição de possibilidade de existência e de conhecimento. No caso da construção teórica ortodoxa, aqui representada pelo novo institucionalismo, é a teoria que determina o que pode ser conhecido a partir dos instrumentos teóricos existentes. Nos termos de Lawson, poderíamos dizer que o novo institucionalismo incorre numa falácia epistêmica – redução de questões ontológicas a questões epistemológicas⁴⁴.

Mas de que tipo de teoria científica estamos falando? A concepção ortodoxa – ou *mainstream* – de teoria econômica é aquela que se encontra alinhada com o dedutivismo e, em alguns casos, com o instrumentalismo. Para se enquadrar ao critério de cientificidade do *mainstream*, a teoria econômica deve possuir um conjunto de supostos e uma formulação estatístico-matemática que permita o teste empírico, em que a realidade desses supostos não necessariamente são considerados. No que concerne ao dedutivismo, vimos que tal metodologia não é adequada nem à ciência natural nem à ciência social. Portanto, a insistência do *mainstream* no uso de uma metodologia baseada no dedutivismo somente pode ser entendida como um esforço no sentido da construção de teorias adequadas à concepção de ciência lógico positivista. Como visto anteriormente, o projeto lógico positivista de eliminação da metafísica do discurso científico não pôde prosperar, sendo suplantado pela crítica de Popper e pela tradição dos teóricos do crescimento do conhecimento. Esses desenvolvimentos em filosofia da ciência culminaram no instrumentalismo de Friedman (1953), que foi largamente adotado por grande parte dos economistas do *mainstream*. Atrelada a essa concepção de construção científica está um esforço de universalidade do *mainstream* quanto a seus métodos, que busca impor essa modalidade de construção teórica a toda ciência econômica; excluindo qualquer outra forma de teoria científica

⁴⁴ Ver Duayer (2003).

que não se conforma aos critérios de cientificidade do *mainstream* no campo da ciência econômica. Além de negar um pluralismo teórico no âmbito da ciência econômica, essa postura universalista e impositiva do *mainstream* acaba por tomar acriticamente o objeto da ciência econômica, com a reiterada resistência em abrir a caixa preta do núcleo rígido de seu programa de pesquisa.

Essa postura acrítica acerca da ontologia posta pelo *mainstream* pode ser entendida como um esforço, por parte de muitos economistas, no sentido de pertencer ao que é definido e considerado como ciência econômica. North (1994, p.359), em sua *Nobel Lecture*, define seu arcabouço analítico como uma “modificação da teoria neoclássica”. Assim North modifica o suposto de racionalidade de modo que as instituições tenham um lugar em sua teoria, sem negar, contudo, o indivíduo racional enquanto elemento central de análise para a Economia. North, assim como outros novos institucionalistas, não negam o núcleo rígido do programa de pesquisa neoclássico, herdeiro do marginalismo, e a concepção dedutivista e instrumental de ciência nele implicado. Portanto, esses são críticos autorizados no âmbito da ciência econômica, se colocando nos limites do cinturão protetor do programa de pesquisa neoclássico; conseqüentemente, apesar de críticos, suas teorias são consideradas científicas aos olhos do *mainstream* econômico. Muitos heterodoxos, como os institucionalistas americanos, são vistos como adeptos de teorias não científicas, ou até de formuladores de ideias que não se constituiriam em teorias propriamente ditas, muitos nem são considerados economistas aos olhos de seus pares.

Destarte, o que define a ortodoxia é a adoção da metodologia do dedutivismo, conforme definida por Lawson, em que se busca antes conformar as teorias científicas aos limites do cinturão protetor do que buscar uma avaliação crítica do núcleo rígido, ou ontologia, de seu programa de pesquisa. Nesse sentido, passa a ser mais importante construir programas de pesquisa progressivos, em termos lakatosianos, do que construir teorias que capturem objetivamente as categorias e conexões econômicas objetivas. A heterodoxia parece se comprometer mais com a objetividade de suas teorias do que com a progressividade de um suposto programa de pesquisa *mainstream*. A ortodoxia é mais simpática à filosofia lógico positivista e seus derivados, como o dedutivismo e o instrumentalismo. A heterodoxia se aproxima mais da modalidade de crítica científica da filosofia crítico realista⁴⁵. De acordo com uma perspectiva crítico realista, a filosofia não pode fazer o trabalho da ciência, mas pode ajudar a esclarecer “inconsistências e confusões, e pode agir como uma ‘parteira’, ajudando novas ciências a emergir”⁴⁶ (Lawson, 1997, p.61).

⁴⁵ Clive Lawson denominou esse trabalho crítico da ciência como *underlabour task*, em que o objetivo da filosofia da ciência seria a análise da adequação das teorias científicas a seu objeto, ajudando na emergência de novas teorias mais objetivas. Ver Lawson; Peacock; Pratten (1996).

⁴⁶ “(...) inconsistencies and confusions, and it can act as a ‘midwife’ in helping new sciences to emerge” (Lawson, 1997, p.61).

Atualmente, a ortodoxia parece estar engajada numa tarefa de emulação de cientificidade, que foi denominado anteriormente, com inspiração em Veblen, como uma cientificidade conspícua. Os economistas do *mainstream* não parecem usar as teorias para compreender o mundo; parecem antes estar mais preocupados em se enquadrar nos critérios de cientificidade do *mainstream* de forma a garantir que suas teorias sejam consideradas científicas. Mas qual a função de uma ciência construída apenas com o objetivo de obedecer a seus próprios critérios de cientificidade? Nesse estranho mundo dos herdeiros do falido projeto lógico positivista, aqueles que colocam o objeto de estudo da ciência em primeiro lugar acabam banidos da Economia, sendo considerados não cientistas. O selo de cientista econômico é reservado apenas àqueles que se provam fiéis aos critérios de cientificidade postos pelo *mainstream* e preservam sua fé no paradigma neoclássico. Nesse estranho mundo é a teoria que coloca os limites e a possibilidade de conhecimento do objeto, não o contrário. Deste modo, a ontologia é apenas uma palavra no discurso de Kuhn e Lakatos, bem como dos demais teóricos do crescimento do conhecimento, em que o instrumentalismo seria antes um resultado previsível do projeto lógico-positivista de eliminação da metafísica do discurso científico do que sua superação crítica (Duayer; Medeiros; Paineira, 2001, p.735).

Com grande parte da comunidade científica, em Economia, engajada nessa concepção teórica e filosófica, não é fácil construir um argumento do ponto de vista heterodoxo, uma vez que este já nasce com uma estampa de não cientificidade. Destarte, para que teorias econômicas mais objetivas possam emergir, a ciência econômica precisa urgentemente revisitar seus fundamentos ontológicos e metodológicos. Nesse sentido, a heterodoxia tem muito a contribuir. A ontologia não pode ser apenas um elemento descartável na construção teórica, uma vez que é o objeto de estudo que impõe sua possibilidade de conhecimento para a ciência, não o oposto. Nesse sentido, a ciência econômica deve mudar o foco do mero alargamento do cinturão protetor do programa de pesquisa neoclássico para a consideração de seu objeto de estudo, ou seja, o núcleo rígido – ontologia – precisa ser objeto de crítica.

Bibliografia

BACKHOUSE, Roger. *A History of Modern Economic Analysis*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

BHASKAR, Roy. *A Realist Theory of Science*. London: Verso, 1997.

CALDWELL, Bruce. *Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century*. Londres: George Allen & Unwin, 1982.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. A Economia Institucional e as três dimensões das instituições. *Revista de Economia Contemporânea*, 18(3), p.373-392, 2014.

CAVALIERI, Marco Antonio Ribas. O surgimento do institucionalismo norte-americano de Thorstein Veblen: economia política, tempo e lugar. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.22, n.1(47), p.43-76, abr., 2014.

COASE, Ronald. *The Firm, the Market and the Law*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1990.

_____. The Nature of the Firm. In: COASE, Ronald. *The Firm, the Market and the Law*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1990 [1937].

_____. The Problem of Social Cost. In: COASE, Ronald. *The Firm, the Market and the Law*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1990 [1960].

_____. The New Institutional Economics. *The American Economic Review*, vol.88, n.2, mai., p.72-74, 1998.

COMMONS, John R. Institutional Economics. In: *American Economic Review*, vol.21, p.648-657, 1931. Disponível em: <<http://www.efm.bris.ac.uk/het/commons/institutional.txt>> (acesso em: 13.07.2015)

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo; PAINCEIRA, Juan Pablo. Desventuras Filosóficas na Ciência Econômica (Naturalização da Sociedade do Capital e Relativismo Ontológico). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 5., 2001, Fortaleza.

DUAYER, Mário. Economia depois do Relativismo: crítica ontológica ou ceticismo instrumental? In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, 8., Florianópolis, p.1-20, 2003.

FRIEDMAN, Milton. The Methodology of Positive Economics. In: FRIEDMAN, Milton. *Essays in Positive Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.

FURUBOTN, Eirik; RICHTER, Rudolf. Institutions and Economic Theory: the contribution of the new institutional economics. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2005, 2ª ed.

GALBRAITH, John Kenneth. *Galbraith Essencial: ensaios de John Kenneth Galbraith*. São Paulo: Saraiva, 2012.

HODGSON, Geoffrey. The Return of Institutional Economics. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard. (eds.) *The Handbook of Economic Sociology*. New York: Princeton University Press, 1994.

_____. Evolution and Institutions: on evolutionary economics and the evolution of economics. Cheltenham: Edward Elgar, 1999.

_____. John R. Commons and the Foundations of Institutional Economics. *Journal of Economic Issues*, vol.XXXVII, n.3, September, 2003.

KUHN, Thomas. *The Structure of Scientific Revolution*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1970.

KUNDERA, Milan. *A Insustentável Leveza do Ser*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LAWSON, Clive; PEACOCK, Mark; PRATTEN, Stephen. Realism, Underlaboring and Institutions. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, n.20, p.137-151, 1996.

LAWSON, Tony. *Economics and Reality*. London: Routledge, 1997.

MITCHELL, Wesley C. The Rationality of Economic Activity: I. *The Journal of Political Economy*, vol.18, n.2, fev., p.97-113, 1910a.

_____. The Rationality of Economic Activity: II. *The Journal of Political Economy*, vol.18, n.3, mar., p.197-216, 1910b.

NORTH, Douglass. *Structure and Change in Economic History*. New York: Norton, 1981.

_____. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Institutions. *The Journal of Economic Perspectives* (1986-1998), vol.5, n.1, 1991.

_____. Economic Performance Through Time. *The American Economic Review*, vol.28, n.3, jun., p.359-368, 1994.

_____. *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005.

_____. Institutional Economics: then and now. *Journal of Economic Perspectives*, 15(3), pp.173-194, 2001.

SEARLE, John. What is an Institution? *Journal of Institutional Economics*, vol.1, n.1, 2005.

SIMON, Herbert. From substantive to procedural rationality. In: HAHN, F.; HOLLIS, M. (Eds.) *Philosophy and economic theory*. Oxford: Oxford University Press, p. 65-86, 1979.

WILLIAMSON, Oliver. Introduction. In: WILLIAMSON, O.; WINTER, S. (Eds.) *The nature of the firm: origins, evolution, and development*. Oxford: Oxford University Press, p. 3-17, 1993.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 [1899].

_____. Why is Economics not an Evolutionary Science. In: _____. *The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays*. New York: Russel & Russel, 1961 [1898].